

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº ____/____
____/____ Nº ____/____

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a contratação de empresas especializadas na prestação de serviços automotivos e no fornecimento de peças originais e/ou paralelas, destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos pertencentes e/ou utilizados pelo Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Norte do Paraná – PROAMUSEP, incluindo as unidades operacionais do SAMU Regional Norte Novo. A manutenção preventiva e corretiva da frota é essencial para assegurar a eficiência, segurança e continuidade dos serviços de saúde prestados pelo PROAMUSEP e pelo SAMU Regional Norte Novo, garantindo a disponibilidade operacional dos veículos, a redução de custos com reparos emergenciais e a preservação da vida útil da frota. Os serviços deverão ser prestados conforme a demanda, com o objetivo de garantir a segurança, o pleno funcionamento e a disponibilidade dos veículos utilizados nas atividades administrativas, operacionais e nos atendimentos pré-hospitalares de urgência e emergência. Os serviços estarão divididos em 07 (sete):

- **Lote 01 – Mecânica em geral:** Serviços de mecânica automotiva em geral, incluindo o fornecimento de peças originais e/ou paralelas necessárias à execução dos reparos.
- **Lote 02 – Suspensão e freios:** Serviços de manutenção e reparo de sistemas de suspensão e freios, com fornecimento de peças originais e/ou paralelas.
- **Lote 03 – Funilaria, lanternagem, pintura e acabamentos:** Serviços de funilaria, lanternagem, pintura, auto vidros e tapeçaria em geral, bem como o fornecimento de materiais e insumos correlatos.
- **Lote 04 – Serviços especializados e elétricos:** Serviços especializados em bombas injetoras, bicos injetores, filtros, turbinas, limpeza de tanques, aceleradores e sistemas *common rail*. Inclui também serviços de elétrica em geral, manutenção e conservação de sistemas elétricos, manutenção de ar-condicionado automotivo e fornecimento de peças originais e/ou paralelas.
- **Lote 05 – Serviços de geometria veicular:** montagem e desmontagem de pneus, troca de válvulas, balanceamento, alinhamento, cambagem e vulcanização de pneus.
- **Lote 06 – Extintores:** Fornecimento, manutenção, recarga e substituição de extintores automotivos, conforme normas técnicas e regulamentações vigentes.
- **Lote 07 – Guincho:** Serviços de guincho para transporte e remoção de veículos da frota, conforme necessidade operacional.

2. JUSTIFICATIVA:

A presente contratação tem por objetivo garantir a manutenção contínua, segura e eficiente da frota de veículos do PROAMUSEP e do SAMU Regional Norte Novo, que são essenciais para o atendimento das demandas de urgência e emergência em saúde nos municípios consorciados.

A frota em questão é utilizada diariamente para remoções intermunicipais de pacientes, transporte de equipes médicas, deslocamento de ambulâncias e veículos de apoio técnico, desempenhando papel fundamental na prestação de serviços públicos de saúde.

A realização periódica de manutenção preventiva e corretiva é indispensável para:

- Assegurar a confiabilidade e disponibilidade operacional dos veículos, evitando paradas não programadas;
- Reduzir custos com reparos emergenciais, que são geralmente mais onerosos;
- Preservar a vida útil dos veículos, garantindo o uso racional dos recursos públicos;
- Manter os padrões de segurança exigidos para veículos utilizados no transporte de pacientes e profissionais de saúde;
- Evitar interrupções nos atendimentos do SAMU, que dependem de respostas rápidas e seguras.

Além disso, a divisão dos serviços em lotes permite uma contratação mais eficiente e especializada, possibilitando que empresas com diferentes expertises participem do certame, assegurando maior competitividade e economicidade ao processo licitatório.

A execução dos serviços por empresas devidamente qualificadas e certificadas contribuirá para a manutenção do desempenho técnico-operacional da frota, garantindo que os veículos atendam às normas de segurança, meio ambiente e qualidade.

Dessa forma, a contratação proposta é tecnicamente justificada e essencial para a continuidade dos serviços de saúde pública, especialmente os de urgência e emergência, de responsabilidade do PROAMUSEP e do SAMU Regional Norte Novo.

3. MODALIDADE, TIPO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

3.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo. Conforme a Instrução Normativa nº 04/2023 do PROAMUSEP em seu art. 2º, é considerado bem de consumo todo material que atenda no mínimo os critérios de durabilidade em dois anos, fragilidade, perecibilidade, incorporabilidade e transformabilidade.

3.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

3.3. Modalidade: Pregão eletrônico

3.4. Forma de fornecimento: Parcelado

3.5. Tipo de Licitação: SRP – Sistema de registro de preços

3.6. Critério de Julgamento: maior desconto.

3.6.1. Justificativa para a Aglutinação dos Lotes

Os lotes foram estruturados conforme a natureza dos serviços a serem prestados, com o objetivo de assegurar a especialização dos fornecedores, promover maior competitividade entre os participantes e permitir uma contratação mais eficiente. Essa divisão busca garantir que empresas com expertise específica em determinado tipo de serviço possam participar do certame de forma segmentada, elevando a qualidade na execução contratual, além de possibilitar maior controle técnico e administrativo por parte do Consórcio. O fracionamento dos itens em 07 (sete) lotes distintos tem como objetivo garantir maior eficiência técnica, competitividade, transparência e economicidade na execução dos serviços de manutenção da frota do PROAMUSEP e do SAMU Regional Norte Novo, respeitando os princípios previstos nos arts. 11, 12, 14 e 40 da Lei nº 14.133/2021. A divisão por lotes foi definida com base em critérios técnicos e de especialização, considerando a natureza diversa dos serviços e a necessidade de segmentar a execução conforme as áreas específicas de atuação automotiva, assegurando que cada grupo de atividades seja realizado por empresas com qualificação compatível e experiência comprovada. O fracionamento justifica-se pelos seguintes aspectos:

- a) Natureza técnica distinta dos serviços: cada lote compreende atividades que exigem conhecimentos, equipamentos e ferramentas específicos, impossibilitando ou desaconselhando a execução conjunta por uma única empresa. Por exemplo, os serviços de mecânica geral diferem tecnicamente dos serviços de funilaria, elétrica ou ar-condicionado, cada um demandando profissionais especializados e infraestrutura adequada.
- b) Ampliação da competitividade: O fracionamento em lotes favorece a participação de um maior número de empresas, incluindo microempresas e empresas de pequeno porte, que podem concorrer em segmentos específicos do objeto contratual, sem necessidade de comprovar capacidade para todos os serviços simultaneamente. Isso amplia a concorrência e tende a reduzir custos globais para a Administração Pública.
- c) Eficiência e especialização na execução: A segmentação por lotes permite que cada empresa contratada concentre-se em sua área de especialidade, assegurando maior qualidade técnica e agilidade na prestação dos serviços, além de reduzir riscos de falhas e retrabalhos.

- d) Controle operacional e gestão contratual mais eficaz: A divisão em lotes possibilita melhor monitoramento e controle da execução contratual, facilitando a fiscalização técnica e administrativa, a gestão de prazos e a verificação de desempenho por especialidade.
- e) Racionalização dos custos e previsibilidade orçamentária: A estruturação por lotes permite planejar e acompanhar os gastos por tipo de serviço, possibilitando melhor alocação dos recursos orçamentários e previsibilidade nas despesas de manutenção, de acordo com a natureza e a frequência dos serviços demandados.
- f) Atendimento ao princípio da economicidade e eficiência: O fracionamento do objeto em lotes não caracteriza indevido parcelamento da despesa, pois não visa burlar limites de dispensa de licitação, e sim adequar a contratação à realidade técnica e operacional do objeto. O procedimento atende plenamente ao princípio da eficiência, resultando em melhor aproveitamento dos recursos públicos e maior qualidade dos serviços prestados.

Dessa forma, o fracionamento do objeto em sete lotes autônomos é tecnicamente justificado e juridicamente amparado, garantindo melhor gestão contratual, especialização técnica e ampliação da competitividade, além de permitir que o PROAMUSEP e o SAMU Regional Norte Novo otimizem recursos e assegurem a continuidade dos serviços públicos essenciais.

3.6.2. Justificativa para a Aglutinação dos Itens do Lote 04

O Lote 04 contempla os serviços especializados em bombas injetoras, bicos injetores, filtros, turbinas, limpeza de tanques e aceleradores, sistemas *common rail*, serviços de elétrica em geral, manutenção e conservação de sistemas elétricos e serviços especializados em ar-condicionado automotivo, bem como o fornecimento de peças originais e/ou paralelas necessárias à execução dos serviços.

A aglutinação desses itens em um único lote se justifica pela interdependência técnica e operacional entre os serviços e componentes que o integram, uma vez que todos estão diretamente relacionados aos sistemas de alimentação, injeção eletrônica, ignição, carga elétrica e climatização veicular, os quais funcionam de forma integrada e complementar no desempenho mecânico e eletrônico dos veículos.

Em termos técnicos, a manutenção ou reparo de um desses sistemas frequentemente demanda diagnóstico conjunto e equipamentos especializados que abrangem mais de um subsistema automotivo. Por exemplo:

- O diagnóstico de falhas em sistemas de injeção eletrônica e bombas injetoras depende de leitura e testes em componentes elétricos e sensores;
- O funcionamento do ar-condicionado automotivo está diretamente ligado ao sistema elétrico e de carga do veículo;
- A limpeza de tanque e sistema *common rail* exige desmontagem e testes elétricos de atuadores e sensores integrados ao módulo de injeção.

Portanto, a execução desses serviços por uma mesma empresa especializada assegura:

- Padronização dos diagnósticos e reparos, evitando divergências entre prestadores distintos;
- Maior eficiência técnica, reduzindo o tempo de imobilização dos veículos;
- Melhor garantia de qualidade, já que todos os sistemas correlatos serão tratados de forma conjunta e coordenada;
- Otimização dos recursos públicos, evitando retrabalho e deslocamento entre diferentes oficinas;
- Segurança e rastreabilidade dos serviços realizados, pois a responsabilidade técnica será unificada.

Ademais, o agrupamento dos itens neste lote não fere o princípio da competitividade, uma vez que existem oficinas e empresas especializadas com capacidade técnica e equipamentos adequados para execução conjunta desses serviços. A separação dos itens poderia, ao contrário, gerar ineficiência operacional, aumento de custos indiretos e riscos de sobreposição de responsabilidades contratuais.

Dessa forma, a aglutinação dos serviços no Lote 04 é tecnicamente coerente, economicamente vantajoso e operacionalmente necessário, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e razoabilidade previstos na legislação de contratações públicas.

3.6.3. Justificativa para o Raio de Distância Escolhido.

Para a contratação de serviços automotivos, estabeleceu-se como critério que as oficinas contratadas estejam localizadas em um raio de no máximo 70 (setenta) quilômetros da sede da Base Operacional de Maringá-PR, localizado na Rua Pioneiro Antônio Paulo da Silva, 1191, Jardim Ipanema, Maringá-Pr. Não existe uma norma federal específica que fixe exatamente o “raio de 70 km” para pregões de manutenção de frotas do SAMU (ou de órgãos públicos em geral) no entanto a Portaria GM/MS nº 2048/2002 (Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência), determina que as ambulâncias do SAMU devem estar disponíveis 24 horas e retornar rapidamente à base após atendimento, sendo assim qualquer deslocamento de manutenção que comprometa o tempo de disponibilidade fere o princípio da continuidade do serviço essencial.

Tal delimitação justifica-se pela necessidade de assegurar a eficiência operacional, a economicidade e a celeridade na execução dos serviços, considerando que distâncias maiores poderiam ocasionar aumento de custos logísticos com deslocamentos, maior tempo de imobilização dos veículos e prejuízo à continuidade das atividades institucionais.

O raio definido permite abranger oficinas localizadas em municípios vizinhos com capacidade técnica adequada, sem comprometer a agilidade no atendimento e a disponibilidade da frota. Assim, o critério de distância foi fixado de forma razoável e proporcional às necessidades do serviço, garantindo ampla competitividade entre fornecedores da região e viabilidade operacional para a execução contratual.

A definição desse limite geográfico visa garantir a eficiência, a economicidade e a continuidade operacional dos serviços, considerando que distâncias superiores poderiam implicar: aumento de custos logísticos com transporte de veículos até as oficinas, maior tempo de deslocamento e de imobilização dos veículos da frota; e impacto negativo na disponibilidade dos veículos para as atividades administrativas e operacionais da instituição.

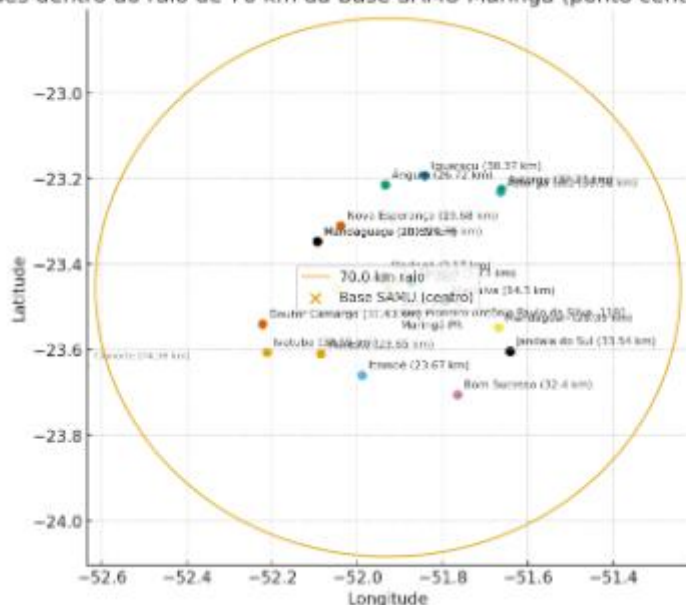
A frota do SAMU é composta por ambulâncias de suporte básico e avançado, veículos de apoio e administrativos, cuja disponibilidade é crítica para a execução dos serviços de urgência e emergência. Distâncias superiores a 70 km impactariam de forma significativa o tempo de deslocamento dos veículos para manutenção e retorno às atividades, podendo gerar maior tempo de indisponibilidade da frota, reduzindo a capacidade de resposta a ocorrências, pois a indisponibilidade de veículos por alguns tempos de inoperância impacta diretamente neste item. Trazendo risco de atraso em atendimentos emergenciais, afetando a segurança do paciente e a continuidade do serviço público.

O aumento da distância para deslocamento gera elevação nos custos diretos e indiretos tal como: Maior consumo de combustível e desgaste dos veículos, necessidade de utilização de guincho ou transporte especializado em caso de panes graves. Custo extra de diárias ou horas paradas para o condutor ou equipe técnica. O raio de 70 km representa um equilíbrio entre a disponibilidade de prestadores de serviço na região e a otimização dos recursos financeiros do PROAMUSEP.

Dessa forma, o raio de 70 km foi definido como parâmetro técnico e econômico que assegura: Portanto, tal critério não é arbitrário, mas fundamentado na necessidade de garantir a continuidade e a eficiência dos serviços de urgência e emergência, alinhado ao princípio da eficiência administrativa e à busca da contratação mais vantajosa conforme a Lei nº 14.133/2021.

Gráfico de limite geográfico das cidades (municípios) que apareceram num raio de no máximo 70 km da Base Sul do SAMU, localizado na rua Pioneiro Antônio Paulo da Silva, 1191, Jardim Ipanema, Maringá – Paraná, (levando em conta as coordenadas de sede de cada município usadas na verificação e a distância da base sul do SAMU).

Cidades dentro do raio de 70 km da Base SAMU Maringá (ponto centro informado)



- Maringá — ~3.17 km
- Sarandi — ~5.73 km
- Marialva — ~14.30 km
- Paiçandu — ~12–16 km
- Mandaguari — ~28–35 km
- Mandaguaçu — ~20–21 km
- Iguaraçu — ~30.37 km
- Ângulo — ~26.72 km
- Astorga — ~37–38 km
- Floresta — ~23.65 km
- Doutor Camargo — ~31.43 km
- Itambé — ~23.67 km
- Ivatuba — ~33.55 km
- Bom Sucesso — ~32.40 km
- Jandaia do Sul — ~33.54 km
- Nova Esperança — ~19.68 km

3.6.4. Justificativa para não aplicação dos benefícios para as MEs e EPPs para os lotes 1,2,3 e 4.

Não será estabelecida cota de 25% para participação exclusiva de micro e pequena empresa (MPE) porque o fracionamento dos mesmos não é vantajoso para a Administração, veda a participação de concessionárias para fornecimento de peças originais e não há como definir um critério ideal no encaminhamento dos veículos a empresas distintas para realização dos mesmos serviços ou compra das mesmas peças, entendemos que os serviços não são divisíveis.

Além do mais visa proporcionar economia de escala, eficiência na fiscalização do contrato e redução dos transtornos que poderiam surgir com a existência da divisão por mais de uma empresa.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO.

Para os itens com unidade de medida hora técnica, o percentual de desconto, será aplicado, com base no valor máximo por hora trabalhada fixado no edital. Para os itens com unidade de medida desconto peças, critério de julgamento adotado será o maior percentual de desconto, respeitado o percentual mínimo de desconto exigido no edital.

VALOR DESTINADO PARA O LOTE: R\$ 255.000,00

ITEM	CATMAT/ CATSERV	CÓD. PROAMUSEP	DESCRIÇÃO	UNIDADE MEDIDA	VALOR DESTINADO	VALOR MÁXIMO POR HORA TÉCNICA SER USADO COMO BASE PARA O DESCONTO E PERCENTUAL MÍNIMO DE DESCONTO
4	18201	4095	Serviço de suspensão e freios conforme recomendação do fabricante bem como os materiais e insumos correlatos e peças necessárias a execução do serviço bem como os materiais e insumos correlatos.	Hora Técnica	R\$ 51.000,00	4 % R\$ 200,00 (valor da hora trabalhada a ser usada como base para o desconto)
5	18856	2570	Peças orginais suspensão e freios necessárias a execução dos serviços definidos no item 4	Desconto Peças	R\$ 102.000,00	17,50%
6	18856	4096	Peças paralelas suspensão e freios necessárias a execução dos serviços definidos no item 4	Desconto Peças	R\$ 102.000,00	17,50%

LOTE 03. SERVIÇO DE FUNILARIA, LANTERNAGEM, PINTURA, AUTO VIDROS, TAPEÇARIA EM GERAL BEM COMO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSUMOS CORRELATOS.

ME EPP

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO. Para os itens com unidade de medida hora técnica, o percentual de desconto, será aplicado, com base no valor máximo por hora trabalhada fixado no edital. Para os itens com unidade de medida desconto peças, critério de julgamento adotado será o maior percentual de desconto, respeitado o percentual mínimo de desconto exigido no edital.

VALOR DESTINADO PARA O LOTE: R\$ 80.000,00

ITEM	CATMAT / CATSERV	CÓD. PROAMUSEP	DESCRIÇÃO	UNIDADE MEDIDA	VALOR DESTINADO	VALOR MÁXIMO POR HORA TÉCNICA A SER USADO COMO BASE PARA O DESCONTO E PERCENTUAL MÍNIMO DE DESCONTO
7	5886	4097	Serviço de funilaria, pintura, tapeçaria e estofamento.	Hora Técnica	R\$ 20.000,00	4 % R\$ 150,00 (valor da hora trabalhada a ser usada como base para o desconto)
8	13798	4173	Peças necessárias para execução do item 7 e insumos correlatos (inclui peças de lanternas, faróis, sinalizadores, laterais, strobos frontal e traseiro, iluminação interna do bau e cabine).	Descont o Peças	R\$ 40.000,00	8,50%
9	5789	4175	Serviço de manutenção de maçanetas, travas e portas.	Hora Técnica	R\$ 10.000,00	4 % R\$ 150,00 (valor da hora trabalhada a ser usada como base para o desconto)
10	469469	4174	Peças, para execução do item 9 correlatos (inclui parabrisa, vidro, traseiros, retrovisores, maçanetas	Desconto Peças	R\$ 10.000,00	8%

LOTE 04. BOMBAS INJETORAS, BICOS INJETORES, FILTROS, TURBINAS, LIMPEZA DE TANQUE E ACELERADOR E COMMON RAIL, SERVIÇO DE ELÉTRICA EM GERAL, INCLUINDO SUA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, SERVIÇO ESPECIALIZADO EM AR CONDICIONADO E PEÇAS ORIGINAIS E/OU PARALELAS NECESSÁRIAS A EXECUÇÃO DO SERVIÇO.

AMPLA CONCORRÊNCIA

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO.

Para os itens com unidade de medida hora técnica, o percentual de desconto, será aplicado, com base no valor máximo por hora trabalhada fixado no edital. Para os itens com unidade de medida desconto peças, critério de julgamento adotado será o maior percentual de desconto, respeitado o percentual mínimo de desconto exigido no edital.

VALOR DESTINADO PARA O LOTE: R\$ 530.000,00

ITEM	CATMAT/ CATSERV	CÓD. PROAMUSEP	DESCRIÇÃO	UNIDADE MEDIDA	VALOR DESTINADO	VALOR MÁXIMO POR HORA TÉCNICA A SER USADO COMO BASE PARA O DESCONTO E PERCENTUAL MÍNIMO DE DESCONTO
11	9903	4099	Serviços especializados em bombas injetoras, bicos injetores, filtros, turbinas, limpeza de tanque e acelerador e common rail.	Hora Técnica	R\$ 70.000,00	4 % R\$ 181,40 (valor da hora trabalhada a ser usada como base para o desconto)
12	627594	4176	Serviço de elétrica em geral, incluindo sua manutenção e conservação	Hora Técnica	R\$ 50.000,00	4 % R\$ 181,40 (valor da hora trabalhada a ser usada como base para o desconto)
13	616922	2564	Peças orginais de bombas injetoras peças orginais necessárias a execução dos serviços definidos no item 11 do lote 04	Desconto Peças	R\$ 100.000,00	13,50%
14	616922	4100	Peças paralelas de bombas injetoras peças orginais necessárias a execução dos serviços definidos no item 11 do lote 04	Desconto Peças	R\$ 100.000,00	12,33%
15	18619	4101	Serviço especializado em ar condicionado incluindo sua manitenção e conservação	Hora Técnica	R\$ 50.000,00	_____% R\$ 186,94 (valor da hora trabalhada a ser usada como base para o desconto)
16	18619	2568	Peças orginais de ar condicionado necessárias a execução dos serviços definidos no item 15 do lote 04	Desconto Peças	R\$ 80.000,00	13,50%
17	18619	4102	Peças paralelas de ar condicionado necessárias a execução dos serviços definidos no item 15 do lote 04	Desconto Peças	R\$ 80.000,00	13,50%

LOTE 05. SERVIÇO DE GEOMATRIA VEICULAR: MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS, TROCA DE VALVULAS DE PNEUS, BALANCEAMENTO, ALINHAMENTO, CABBAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS

ME EPP

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

VALOR MÁXIMO PARA O LOTE: R\$ 50.277,00

ITEM	CATMAT/ CATSERV	CÓD. PROAMUSEP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
18	10170	4103	Montagem e desmontagem de pneus	Serv	180	R\$ 38,35	R\$ 6.903,00

19	13552	4104	Conserto de pneus	Serv	200	R\$ 35,64	R\$ 7.128,00
20	237111	4105	Troca de válvula de pneus	Serv	200	R\$ 16,21	R\$ 3.242,00
21	10154	4106	Balanceamento de pneus	Serv	120	R\$ 35,00	R\$ 4.200,00
22	10146	4207	Alinhamento de rodas	Serv	100	R\$ 133,00	R\$ 13.300,00
23	10162	4208	Cambagem	Serv	50	R\$ 249,08	R\$ 12.454,00
24	13552	4107	Vulcanização de pneus	Serv	30	R\$ 100,00	R\$ 3.000,00

R\$ 50.227,00

LOTE 06. FORNECIMENTO, MANUTENÇÃO, RECARGA E SUBSTITUIÇÃO DE EXTINTORES (ABC) 4 KG OU SUPERIOR AUTOMOTIVOS, CONFORME NORMAS TÉCNICAS E REGULAMENTAÇÕES VIGENTES.

ME EPP

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

VALOR MÁXIMO PARA O LOTE: R\$ 3.740,00

ITEM	CATMAT/ C	CÓD. PROAMU	DESCRIÇÃO	UNIDADE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
25	406343	4177	Fornecimento, manutenção, recarga e substituição de extintores (ABC) 4 KG ou superior automotivos, conforme normas técnicas e regulamentações vigentes.	UND	20	R\$ 187,00	R\$ 3.740,00

LOTE 07. SERVIÇO DE GUINCHO PARA TRANSPORTE E REMOÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA

ME EPP

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

VALOR MÁXIMO PARA O LOTE: R\$ 4.000,00

ITEM	CATMAT/ CATSERV	CÓD. PROAMUSEP	DESCRIÇÃO	UNIDADE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
26	13552	4108	Serviços de guincho para transporte e remoção de veículos da frota, conforme necessidade operacional com atendimento 24 horas.	Km	500	R\$ 8,00	R\$ 4.000,00

TOTAL ANUAL DOS SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) E PEÇAS = 1.196.967,00

4.1. Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do edital, prevalece a descrição do item deste edital.

4.1.2. O fornecimento de peças para a execução dos serviços, foi vinculado a prestação dos serviços, de forma a trazer mais eficiência e agilidade na prestação dos serviços, bem como trazer mais segurança/garantia a este consórcio tanto do serviço executado, quanto da peça utilizada, e desta forma, é mais vantajoso a administração pública, garantindo a celeridade na execução dos serviços, conferindo o menor prazo para a realização da manutenção, garantindo que a unidade terrestre permaneça baixada (fora de uso) pela menor fração de tempo possível, evitando-se assim prejuízos ao serviço de saúde de urgência e emergência.

4.1.3. As oficinas oferecidas devem estar localizadas em um raio máximo de 70 (setenta) quilômetros da sede da Base Sul de Maringá-PR, situada na Rua Pioneiro Antônio Paulo da Silva, nº 1191, Jardim Ipanema, CEP 87053-250, considerando-se a necessidade de agilidade e qualidade no atendimento, especialmente em situações de urgência.

4.1.4. Tabela de relação de veículos PROAMUSEP – samu regional norte novo

FROTA	ANO	PLACAS	MARCA	MODELO
1553	2015/15	AZY-7112	CHEVROLET	S10
1835	2019/19	BDV-4B88	CHEVROLET	S10
1655	2018/18	BCC-7693	MERCEDES BENZ	SPRINTER
1754	2018/19	BCP-7H36	RENAULT	MASTER
UT-01	2013/14	AXT-8678	RENAULT	MASTER
1872	2021/22	RHG-7C64	MITSUBISHI	L200 TRITON
15°	2010	AUU-6350	RENAULT	MASTER
COBALT	2013/14	AYM-2587	CHEVROLET	COBALT
CITY	2012/13	AVN-9E30	HONDA	CITY
2402	2023/24	TBH-1F43	MERCEDES	SPRINTER
2501	2024/25	TBL-2I97	RENAULT	MASTER
2502	2024/25	TBL-2J02	RENAULT	MASTER
2503	2024/25	TBL-2J06	RENAULT	MASTER
2504	2024/25	TBL-2J10	RENAULT	MASTER
2505	2024/25	TBL-2J13	RENAULT	MASTER

4.2. TABELA UTILIZADA

1.1. Para a definição dos valores de referência e aferição da vantajosidade das propostas apresentadas, serão adotadas como parâmetro comparativo as tabelas de valores de peças disponibilizadas pelas seguintes plataformas reconhecidas no mercado nacional:

- CILIA;
- Solera Brasil / Audatex;
- Sistema TrazValor;

Durante o processo de análise das propostas, os valores ofertados serão comparados com os valores médios praticados conforme as referidas tabelas.

4.2.1. Durante a vigência do processo licitatório, caso o Consórcio PROAMUSEP venha a adotar uma tabela própria de preços, esta tabela passará a ser aplicada a partir da data de sua vigência formal.

4.3 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

a) Local de entrega: Rua: Pioneiro Antônio Paulo da Silva Nº 1191, jardim Ipanema, Maringá - PR CEP 87053-250, sede administrativa do PROAMUSEP, localizado na Avenida Nóbrega, 370, zona 04, Maringá-Pr, conforme necessidade operacional.

b) Garantia: A contratada deverá oferecer garantia sobre os serviços e peças utilizadas, conforme determina o Código de Direitos do Consumidor, sendo de, no mínimo 90 (noventa) dias aos serviços prestados, contra qualquer problema que venha a ocorrer, exceto retífica de motor, o qual será concedido o prazo de 6 meses contados do recebimento definitivo.

- c)Manutenções e assistência técnica: Abrangência de manutenção preventiva (check-up regular) e corretiva (substituição de peças e correção de falhas mecânicas, elétricas, eletrônicas, etc.), com plantão 24h para emergências
- d)Manutenção preventiva conforme o plano de manutenção recomendado pelo fabricante do veículo;
- e)Manutenção corretiva para reparo ou substituição de peças danificadas ou desgastadas com atendimento a chamados emergenciais em prazo máximo de 24 horas;
- f)Execução dos serviços por profissionais qualificados e registrados;
- g)Utilização de peças novas, originais ou genuínas, com garantia mínima de 90 dias; Registro completo dos serviços realizados, com emissão de ordem de serviço detalhada. Veículos da frota: Ambulâncias do tipo, unidade de transporte (UT), suporte básica de vida (SBV) e suporte avançado de vida (SAV) pertencentes à frota do SAMU REGIONAL NORTE NOVO, carro baixo administrativo; veículos de diferentes marcas e modelos, com variação de quilometragem e tempo de uso.
- h)Requisitos de Qualificação Técnica da Contratada: Estar legalmente autorizada a operar como oficina ou centro de manutenção automotiva; Apresentar atestado(s) de capacidade técnica que comprove experiência prévia com manutenção de ambulâncias ou veículos de emergência;
- i)Possuir estrutura física para atendimento a caminhonetes, vans e carro baixo e equipamentos adequados para o serviço (ex.: elevadores, scanner automotivo, ferramentas especiais);
- j) Localização da Contratada: raio de no máximo 70 (setenta) km da base sul de Maringá- PR situado na R:Pioneiro Antônio Paulo da Silva 1191, Jardim Ipanema CEP:87053-250.
- k) Requisitos de Atendimento e Prazos:, as empresas deverão concluir os serviços em até 03 dias úteis contados do recebimento do veículo empresa contratada, onde o orçamento da respectiva manutenção deverá ser fornecido ao consórcio **em até 12 horas após a chegada do veículo na oficina**, afim de que seja confeccionada a nota de autorização de despesa/solicitação de execução do serviço pelo fiscal do contrato. Esse prazo pode ser prorrogado mediante solicitação da contratada para determinado serviço, desde que seja autorizado pelo fiscal do contrato, uma vez que este julgar pertinente a solicitação da contratada. A comunicação com a licitante poderá ser por telefone, WhatsApp, e-mail, ou qualquer outra ferramenta que possibilite o contrato com a empresa e que o PROAMUSEP julgar conveniente. Para o serviço de guincho, com atendimento 24 (vinte e quatro) horas, após acionado pelo fiscal do contrato, a contratada terá até 120 minutos para a chegada no local, devendo recolher o veículo danificado e leva-lo ao local destinado pelo chamado
- l)Prazo para entrega das peças: 2 dias úteis.
- m)Requisitos de Gestão e Controle: Sistema informatizado ou planilha para acompanhamento dos serviços e custos; Relatórios mensais de manutenção com detalhamento de peças trocadas, valores e tempo de inatividade do veículo; Canal direto de comunicação com o setor responsável pelo gerenciamento da frota do SAMU REGIONAL NORTE NOVO ou com o consórcio PROAMUSEP;
- n)Peças originais ou homologadas pelo fabricante das ambulâncias (ex: Mercedes-Benz, Renault, etc.)
- o) CNAE PRINCIPAL – Classificação Nacional de Atividade Econômica - da empresa vencedora, deve ser compatível com o lote em que esta tornou-se vencedora. Logo não será admitido CNAEs que não possuam RELAÇÃO DIRETA com o serviço especificado. A título exemplificativo, não será permitido que um auto elétrico (CNAE 4520- 0/03) vença o lote de borracharia, uma vez que não apresenta a especificidade necessária para o serviço.
- p) A CONTRATADA deverá executar os serviços dos lotes 01, 02, 03, 04 e 05 em local indicado no processo de habilitação, em área coberta, por profissional da própria empresa, dispondo de ferramental e instrumental técnico compatível e adequado para realização dos reparos, substituições e testes necessários.

4.4. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS PEÇAS:

4.4.1. Para o fiel cumprimento dos serviços contratados, serão adotadas as seguintes definições, bem como subsidiariamente aqueles contidos em NBR 5462:

- a) Manutenção: conjunto de atividades realizadas com a finalidade de conservar ou recolocar o veículo em condições ideais de funcionamento, por meio de manutenções periódicas preventiva e corretivas.
- b) Mecânica Geral: Desmontagem, carburadores, injetores de combustível mecânico e/ou eletrônicos, mangas e eixos de transmissão, bombas d'água, de combustível e outros, troca preventiva de óleos lubrificantes e filtros diversos, câmbio mecânico e/ou automático, (caixa de mudança de marchas), reduções e/ou trações 4X4, embreagem, rolamentos, retentores, sistema de arrefecimento (radiadores), válvulas, diferencial (ais), distribuição, direção, engrenagens diversas, magnetos, mancais, suportes, biela, pistões, enfim, todos os serviços mecânicos e hidráulicos do veículo, inclusive, substituição de peças e acessórios avariados ou com defeito, todos os outros serviços afins.
- c) Lanterna: consiste nos serviços de troca e/ou conserto de lataria, assoalhos, para-choques, carrocerias em alumínio (tipo baú), solda em geral e todos os outros serviços afins.
- d) Pintura / Estufa: consiste nos serviços de pintura automotiva externa ou interna, com polimento, enceramento, com secagem rápida e todos os outros serviços afins.
- e) Tapeçaria: consiste nos serviços de substituição ou conserto de estofados e cobertura interna do veículo, bem como a parte mecânica do funcionamento dos bancos, portas, cintos de segurança, borrachas das portas e todos os outros serviços afins.
- f) Sistema Elétrico: consiste no serviço de substituição ou conserto de partes elétricas dos veículos (bateria, alternador, velas e cabos de ignição, vidros elétricos, limpadores de para-brisa e outros).
- g) Balanceamento, Alinhamento e Cambagem: consiste nos serviços de regulagem do sistema de rodagem do veículo e todos os outros serviços afins.
- h) Suspensão e Freios: consiste nos serviços de freios e troca de amortecedores, estabilizadores, coifas, batentes, molas, pivôs, barra de direção e todos os outros serviços afins.
- i) Vidraceiro: consiste nos serviços de substituição ou reparo dos vidros frontal, traseiro e laterais, retrovisores, borrachas dos vidros, polimento dos para-brisas e todos os outros serviços afins.

4.4.2. Das especificações dos serviços de revisão do sistema de transmissão: A empresa CONTRATADA deverá realizar lubrificação de diferencial, caixa de câmbio, folgas, balanceamento de eixo se houver, juntas homocinéticas, trizetas e suas respectivas coifas, pontos de eixos e outros.

4.4.3. Das especificações dos serviços de revisão do sistema de direção: A empresa CONTRATADA deverá realizar aperto dos parafusos, regulagem e conferência de terminais, lubrificação (graxa e óleo), barra de direção, bomba de direção, folgas, correia da bomba, caixa de direção e outros.

4.4.4. Das especificações dos serviços de revisão do sistema de freios: A empresa CONTRATADA deverá realizar regulagem de freio, verificação do desgaste das pastilhas, lonas, discos, tambores, nível de fluido e substituição, verificação de servo-freio, cuícas de freio, cilindros mestres e auxiliares, freio de estacionamento (cabos, pedais, alavancas), válvulas (pneumáticas), aro dos pneus e outros.

4.4.5. Das especificações dos serviços de revisão do sistema de arrefecimento: A empresa CONTRATADA deverá realizar exame do radiador, verificação do nível de água, mangueiras, fluido de radiador e outros.

4.4.6. Das especificações dos serviços de revisão de motor: A empresa CONTRATADA deverá realizar verificação das correias, óleo, filtro de óleo e de combustível, juntas e demais componentes, substituindo peças necessárias e outros.

4.4.7. Das especificações dos serviços de revisão do sistema de suspensão: A empresa CONTRATADA deverá realizar verificação das molas, amortecedores, batentes, coifas, bandejas superiores e inferiores, buchas, pivôs, barra estabilizadora, rolamentos internos e externos e outros.

4.4.8. Serviços de revisão do sistema elétrico e eletrônico: A empresa CONTRATADA deverá realizar a verificação, conserto e/ou substituição quando necessário, de componentes que integram esse sistema, incluindo acessórios de sinalização e outros.

4.4.9. Serviço de substituição dos vidros: A empresa CONTRATADA deverá realizar a substituição dos vidros e espelhos sempre que necessário, visto não se pode prever a necessidade de sua ocorrência.

4.4.10. Serviços de guincho ou reboque: A empresa CONTRATADA deverá prestar sem qualquer ônus a CONTRATANTE serviços de reboque por veículo tipo guincho para deslocamentos fora do Município de Maringá, quando os veículos da frota da CONTRATANTE não puderem trafegar, devido a defeitos mecânicos, elétricos ou quaisquer avarias ou panes ocorridas com atendimento 24 horas.

4.4.11. O serviço de assistência de guincho deverá ser prestado dentro do Estado do Paraná e com seguro total incluso, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

4.4.12. Das especificações dos serviços de geometria:

4.4.13. A empresa CONTRATADA deverá efetuar o ajuste da suspensão e cambagem de forma que garanta a segurança e a estabilidade do veículo.

4.4.14 A empresa CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE, após a execução dos serviços de geometria nos veículos, um laudo técnico dos serviços executados, inclusive com os procedimentos propostos para a solução de outros problemas porventura detectados.

4.4.15. Das especificações dos serviços de balanceamento de rodas:

4.4.16. A empresa CONTRATADA deverá executar o cálculo de desbalanceamento externo e interno das rodas, estático e dinâmico, fazendo os ajustes necessários, a fim de deixá-las com o balanceamento correto.

4.4.17. A empresa CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE, após a execução dos serviços de balanceamento de rodas dos veículos, um laudo técnico dos serviços executados, inclusive com os procedimentos propostos para a solução de outros problemas porventura detectados.

4.4.18 Toda despesa de remessa, inclusive àquelas de devolução ou substituição das peças/acessórios correrão por conta da licitante vencedora que deverá informar os procedimentos ou a empresa responsável em executar a logística, sem ônus algum para a este Consórcio.

4.4.19. As substituições de peças, componentes e acessórios somente poderão ser efetuadas mediante prévia autorização escrita do responsável do PROAMUSEP.

4.4.20. A licitante vencedora deverá devolver ao Consórcio todos os itens que forem substituídos, mesmo que inaproveitáveis, identificando (por meio de etiquetagem ou selo) cada peça substituída de acordo com a frota e o número do orçamento que o autorize. Para fazer a devolução é preciso acondicionar as peças em material resistente (que suporte o peso) conforme a frota e o orçamento, juntar a cópia do orçamento e da Nota Fiscal que foram emitidos autorizando a manutenção corretiva e/ou preventiva do veículo em questão.

4.4.21. Após a identificação e avaliado pelo fiscal de contrato, os itens deverão ser descartados pela contratada.

4.4.22. Fica estabelecido que todos os veículos que venham a ser incorporados à frota do Consórcio serão inseridos na manutenção, em conformidade com o lote, mediante comunicação protocolada e por escrito do Consórcio a Licitante vencedora.

4.4.23. Para efeito deste Termo de Referência entende-se como sendo acessório, aquilo que não é fundamental, ou seja, que é secundário, suplementar, adicional, e que embora desnecessário ao funcionamento de um veículo contribua para a funcionalidade do mesmo, assim como, para a segurança e proteção dos servidores e usuários.

4.4.24. O contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da licitante vencedora com terceiros, sem autorização prévia do Consórcio, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

4.4.25. A contratada responderá civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, na execução da presente licitação, isentando o Consórcio de toda e qualquer responsabilidade.

4.4.26. Terá também que prestar ao Consorcio, sempre que necessário, esclarecimentos e orientações sobre os serviços executados e peças utilizadas.

4.4.27. Também se responsabilizará pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente termo de referencia.

4.4.28. Toda despesa de remessa, inclusive aquelas de devolução ou substituição das peças/acessórios correrão por conta da CONTRATADA que deverá informar os procedimentos ou a empresa responsável em executar a logística, sem ônus algum para a municipalidade.

4.4.29. As substituições de peças, componentes e acessórios somente poderão ser efetuadas mediante prévia autorização escrita do coordenador de frotas, fiscal do contrato ou da administração do PROAMUSEP.

4.4.30 A contratada deverá devolver à Contratante todos os itens que forem substituídos, mesmo que inaproveitáveis, identificando (por meio de etiquetagem ou selo) cada peça substituída de acordo com a frota e o número do orçamento que o autorizou. Para fazer a devolução é preciso acondicionar as peças em material resistente (que suporte o peso) conforme a frota e o orçamento, juntar a cópia do orçamento e da Nota Fiscal que foram emitidos autorizando a manutenção corretiva e/ou preventiva do veículo em questão;

4.4.31. As peças poderão ficar guardadas nas empresas contratadas por até 100 (cem) dias para fins de auditoria. Após 100 (cem) dias, caso o coordenador de frotas, não tenha recolhido o material, a empresa deverá informá-la para que a mesma o execute.

4.5 ANÁLISE DE RISCO

Etapas da Tarefa	Riscos	Medidas de controle
Elaboração de Cesta de Preço	Preço do objeto inexecutável, podendo levar o processo a ter resultado deserto e/ou fracassado; Preço superfaturado, podendo ocasionar prejuízos ao erário; A alternância nos preços das manutenções.	Solicitação de orçamentos em empresas especializadas na manutenção de equipamentos hidráulicos e rodoviários para fins de formação preço justo, de acordo com os preços praticados no mercado.
Elaboração do ETP	Falta de informações relevantes aos licitantes quando da elaboração da proposta.	Indicar no ETP/TR todas as informações necessárias à execução do contrato de modo a se alcançar os resultados planejados de maneira eficiente.
Elaboração do TR	A falta de planejamento, pode levar o processo a ter atrasos nos trâmites legais da licitação, podendo ocasionar atrasos na manutenção de equipamentos hidráulicos e rodoviários; Falta de informações relevantes quanto às obrigações da	Fiscalização constante junto à Contratada, através de equipe de fiscalização designada pelo consórcio PROAMUSEP considerando a existência da essencialidade da referida contratação a qual possui como principal objetivo a proteção do interesse público.

	Contratada e da Contratante na execução contratual.	
--	---	--

5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

A presente contratação não gera impactos ambientais diretos, entretanto visando estimular e estabelecer procedimentos de descarte, reparos adequados e soluções eficientes que causem menos impactos na natureza, a CONTRATADA deverá atender aos seguintes procedimentos durante a prestação dos serviços:

- Alocar os resíduos passíveis de reciclagem coletados, nos contêineres próprios destinados à Coleta Seletiva Solidária.
- Para serviços de funilaria, a CONTRATADA deverá desenvolver um processo de descarte correto de peças plásticas, metálicas e de vidro, encaminhando para empresas de reciclagem.
- Para os serviços de pintura, a CONTRATADA deverá desenvolver processo de reciclagem do solvente utilizado para lavagem de pistolas de pintura ou peças, quando do seu descarte correto. Da mesma forma para os materiais contaminados, como embalagens de tinta, papel de mascaramento e estopa.
- A CONTRATADA deverá zelar pela segurança das pessoas e das instalações, pela saúde de seus empregados, bem como capacitar e treinar os seus funcionários para as atividades correlatas à prestação dos serviços e para atendimento adequado.
- A CONTRATADA deverá dar a destinação ambientalmente adequada aos resíduos automotivos (óleos, filtros, peças usadas), conforme legislação vigente.

6. DA PROPOSTA

6.1. A licitante deverá indicar na proposta a discriminação completa, obedecendo às especificações constantes deste Termo de Referência, sob pena de desclassificação.

6.2. Devem possuir claramente as informações do serviço, entre outras informações pertinentes, solicitado em edital.

7. DAS AMOSTRA – Não se aplica.

8. DA HABILITAÇÃO

- SICAF;
- Consulta aos Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>).
- Consulta Consolidada TCU, CNJ, CEIS, CNEP: (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)
- A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1. A documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA consistirá em:

- no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- no caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada e/ou EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede da licitante;
- para efeitos da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes deverão apresentar juntamente com a documentação de habilitação, a fim de COMPROVAR O ENQUADRAMENTO:
- certidão Simplificada de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte expedida pela Junta Comercial do Estado da sede da Licitante, nos últimos 60(sessenta) dias, contados a partir da data prevista para recebimento das propostas e da habilitação.
- declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

f) em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br

g) Documentos pessoais dos sócios, RG e CPF.

8.2. A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA consistirá em:

a) Certidão negativa de pedido de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública, se outro prazo não constar do documento;

b) Balanço patrimonial e financeiro. A empresa deve apresentar, no momento do ajuste de preço ou na assinatura do contrato, um capital social integralizado correspondente a, no mínimo, 10 % do valor total previsto. Esse percentual é essencial para assegurar a viabilidade financeira da operação e demonstrar o compromisso da empresa com suas obrigações econômicas e legais. Ressaltamos que o não cumprimento dessa exigência pode implicar em restrições ao registro ou à continuidade de determinadas atividades reguladas. Contamos com a colaboração de todos para o cumprimento adequado desse requisito.

8.3. A documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA consistirá em: Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

g) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);

h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1. Apresentar no mínimo 01 Atestado de Capacidade Técnica para comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

9.2. A empresa vencedora deverá ter máquinas e equipamentos com tecnologia compatíveis aos veículos pertencentes a frota do PROAMUSEP e a veículos similares mais novos.

9.3. a empresa deverá disponibilizar de equipamentos condizentes ao lote em que está sagrou-se vencedora. Portanto, como exemplo, para o lote 4, a empresa deverá possuir máquinas de testes de bombas e bicos injetores, afinal, deverá ser especializada nos itens em questão, devendo estes equipamentos estarem relacionados no atestado de capacidade técnica, afim de fiscalização por parte do gestor do contrato. Similarmente, uma empresa não poderá vencer um lote de mecânica geral com especialidade em suspensão, se não possui elevadores e rampa de alinhamento compatíveis com VANS E CAMIONETES, por exemplo.

9.4. Para os lotes 01, 02 e 04, será avaliado o CNAE PRINCIPAL da empresa vencedora, a qual deve ser compatível com o lote em que esta tornou-se vencedora. Logo não será admitido CNAEs que não possuam RELAÇÃO DIRETA com o serviço especificado.

9.5. A empresa vencedora deverá comprovar possuir instalações físicas e estrutura compatíveis com a natureza e complexidade dos serviços do lote para o qual concorre, observando as seguintes disposições: espaço físico e estrutura:

9.5.1. Fotos atuais das instalações que demonstre estar devidamente equipada de acordo com o lote vencedor.

9.6. A empresa deverá dispor de oficina ou área operacional própria ou locada, devidamente equipada, coberta, ventilada, iluminada e dotada de segurança, com dimensões adequadas ao atendimento simultâneo da frota e à execução dos serviços previstos no respectivo lote.

9.7. Para o Lote 01 – Mecânica em geral: oficina equipada com elevadores automotivos, bancada de ferramentas, compressores, prensas, equipamentos de diagnóstico e demais instrumentos necessários à manutenção mecânica completa de veículos leves e/ou pesados.

9.8. Lote 02 – Suspensão e freios: estrutura específica para desmontagem de rodas, troca de amortecedores, buchas, molas, pinças e discos de freio, com equipamentos de teste de eficiência de freios e alinhamento básico.

9.9. Lote 03 – Funilaria, lanternagem e acabamentos: cabine de pintura ou área isolada com exaustão, estufa (quando aplicável), bancada de lanternagem, equipamentos de solda, lixadeiras, polidoras e estrutura para reparo e acabamento automotivo.

9.10. Lote 04 – Serviços especializados e elétricos: laboratório ou área técnica equipada para diagnóstico e reparo de sistemas eletrônicos e de injeção eletrônica, bancada de testes, ferramentas de medição elétrica e equipamentos para manutenção de ar-condicionado automotivo.

9.11. Lote 05 – Geometria veicular: estrutura equipada com balanceadora, alinhador computadorizado, máquina de cambagem, desmontadora e montadora de pneus, calibradores e equipamentos para vulcanização.

9.12. Para o Lote 06 – Extintores: área adequada e licenciada para manuseio, manutenção, recarga e teste hidrostático de extintores automotivos, em conformidade com as normas da ABNT e do INMETRO.

9.13. Lote 07 – Guincho: possuir veículo(s) tipo guincho leve e/ou pesado, em perfeito estado de conservação e regularizado junto aos órgãos competentes, com estrutura operacional para atendimento 24 (vinte e quatro) horas, conforme a necessidade da administração.

10. DA GARANTIA DO PRODUTO

10.1. A contratada deverá oferecer garantia sobre os serviços e peças utilizadas, conforme determina o Código de Direitos do Consumidor, sendo de, no mínimo 90 (noventa) dias aos serviços prestados, contra qualquer problema que venha a ocorrer, exceto retífica de motor, o qual será concedido o prazo de 6 (seis) meses contados do recebimento definitivo.

10.2. Nos casos de fato e/ou vícios do produto, a CONTRATADA deverá proceder a assistência técnica ou a substituição do produto no prazo máximo de 24 horas a contar de sua notificação.

10.3. O objeto substituído deverá possuir as mesmas características (marca, modelo e demais qualificações técnicas) e terá a garantia de 90 dias dada originariamente, a contar da data em que ocorrer a substituição.

10.4. Caso haja mora na substituição do bem recusado, por quaisquer dos motivos indicados, o Consórcio poderá promover a aquisição dos quantitativos necessários para o atendimento de suas necessidades, atribuindo os custos à empresa contratada, os quais poderão ser deduzidos dos pagamentos devidos, sem prejuízo das penalidades previstas.

10.5. Durante o período de garantia, todas as despesas, inclusive as de transporte, serão de responsabilidade exclusiva da empresa contratada.

11. DA FORMA E PRAZO DE EXECUÇÃO

11.1. Prazo para a elaboração do orçamento:

a) Após o horário do recebimento do veículo, a Licitante Vencedora deverá apresentar no máximo em 12 (doze) horas o orçamento detalhado em que conste:

- Identificação da peça (marca, modelo, série, ano, hodômetro e unidade usuária);
- Relatórios com os defeitos da peça, os itens a serem revisados, consertados e substituídos; quantidade e códigos das peças originais/reposição, acessórios e insumos, que serão utilizados, de acordo com cada marca/modelo de equipamento, com base em preço médio comprovado por no mínimo três orçamentos e/ou prova de preços praticados pela contratada em outros contratos ou com base no banco de dados do Menor Preço Nota Paraná.

- O consórcio de posse deste orçamento, após análise dos produtos/serviços e valores, fará a liberação ou não, por parte do servidor responsável. O mesmo deverá solicitar as peças/serviços de acordo com a necessidade, mediante ordem de fornecimento ou nota de empenho emitida pela CONTRATANTE.

11.2. Prazo para a reelaboração do orçamento:

a) o orçamento dos serviços/peças que forem rejeitados, independentemente do tipo de serviço, deverá ser refeito em no máximo 12 (doze) horas contados a partir da comunicação pelo fiscal do contrato.

11.3. Prazo para a execução dos serviços:

a) A execução dos serviços estará condicionada à aprovação do orçamento que será realizada pelo fiscal do contrato em concordância com o Secretário Executivo do PROAMUSEP.

b) Após a aprovação do orçamento pelo fiscal do contrato e secretário executivo, a empresa tem 02 (duas) horas para iniciar a execução dos serviços.

c) A realização do serviço será iniciada mediante a emissão da Nota de Autorização de Despesas – NAD, e orçamento devidamente aprovado.

d) Os serviços serão realizados nas dependências da licitante vencedora e quando da impossibilidade de deslocamento da frota até o local de estabelecimento desta, deverá prestar atendimento no local onde o veículo estiver, ou rebocado através de auto socorro, desde que a natureza do serviço permita.

e) Os serviços deverão seguir rigorosamente o prazo em que a licitante vencedora apresentou no orçamento.

11.4. Da conclusão do serviço:

a) O serviço será declarado finalizado, após emissão do termo de conclusão devidamente assinado pelo fiscal e gestor do contrato;

b) O termo de conclusão deverá estar munido de:

- **Orçamento detalhado**

- **Aprovação do orçamento**

- **Fotos das peças danificadas e das peças substituídas; (OBRIGATÓRIO).**

- **Nota fiscal emitida pela licitante vencedora de acordo com a Nota de Autorização de Despesas, devidamente assinada pelo fiscal e gestor do contrato, que são os responsáveis pela execução do serviço.**

- **A licitante vencedora deverá devolver ao Consorcio todas as peças que foram substituídas, mesmo que inaproveitáveis, identificando (por meio de etiquetagem ou selo) cada peça substituída de acordo com a frota e o número do orçamento que o autorize.**

- **A finalização do serviço, bem como a confirmação da troca das peças se dará após a emissão do termo de conclusão.**

11.5. Para o lote 7, realizar serviço de guincho e atendimento 24 (vinte e quatro) horas, todos os dias da semana, de modo que os veículos que venham estar danificados em vias públicas ou em local distante da oficina possam ser encaminhados à oficina, evitando dessa forma a permanência de patrimônio público em estado de abandono e agilidade nos reparos.

a) A licitante vencedora deverá realizar o serviço de auto socorro, principalmente nos municípios que integram a região da Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense – AMUSEP, pois os veículos do SAMU percorrem os 30 (trinta) municípios realizando atendimento à população, sendo eles: Ângulo, Astorga, Atalaia, Colorado, Doutor Camargo, Floraí, Floresta, Flórida, Iguaçu, Itaguajé, Itambé, Ivatuba, Lobato, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Munhoz de Mello, Nossa Senhora das Graças, Nova Esperança, Ourizona, Paiçandu, Paranacity, Presidente Castelo Branco, Santa Fé, Santa Inês, Santo Inácio, São Jorge do Ivaí, Sarandi e Uniflor.

b) A licitante vencedora deverá realizar o serviço de auto socorro em qualquer outro município dentro do Estado do Paraná. Justifica-se tal exigência, em situações que os veículos do PROAMUSEP poderão realizar processos de transferência a pacientes dentro de qualquer município do Estado do Paraná.

c) É vedada a utilização de mão de obra de terceiros, salvo para o serviço de auto socorro, sem transferir qualquer ônus financeiro desta medida ao PROAMUSEP.

d) Salvo em situações de socorro, cujos serviços poderão ser executados em vias públicas ou local de estacionamento dos veículos, todos os outros serviços deverão ser realizados no local indicado na proposta de preços, em área coberta, por profissional da própria empresa.

11.6. Os consertos ocorrerão à medida que os veículos necessitarem de manutenção, não sendo possível prever os reparos necessários antecipadamente.

11.7. Deverá estar incluído na prestação dos serviços, os fornecimentos de peças, acessórios, componentes e outros correlatos, devendo ser utilizados materiais originais e/ou recomendados pelo fabricante.

11.8. A licitante vencedora responderá por quaisquer danos causados aos veículos pertencentes ao Consórcio, a partir do recebimento do mesmo e resultantes de ação ou omissão, negligência, imprudência ou imperícia dos seus empregados, prepostos ou terceiros, sejam danos culposos ou dolosos.

11.9. Reparar sem ônus ao consorcio, todo e qualquer dano causado aos veículos, como por exemplo: nos casos em que as peças fornecidas apresentarem problemas ou defeitos (detectados durante a utilização dos veículos) e que em decorrência desse fato outras peças forem afetadas, além daquela defeituosa deverá substituir todas as outras peças prejudicadas e assumir ainda todos os custos com a mão de obra (serviço) para a realização do serviço.

11.10. O fiscal e gestor do contrato do PROAMUSEP reserva-se ao direito de rejeitar qualquer serviço ou peça que não atenda as exigências definidas em edital, cabendo à licitante vencedora a reposição da peça ou da prestação de serviço. Sendo que a rejeição não poderá ser alegada como justificativa para atrasos na execução dos serviços e nem na cobrança de mão de obra. Também não isenta a empresa proponente da responsabilidade quanto ao cumprimento dos termos da garantia do serviço.

11.11. Fica estabelecido que todos os veículos que venham a ser incorporados à frota do Consórcio serão inseridos na manutenção, em conformidade com o lote, mediante comunicação protocolada e por escrito do Consorcio a Licitante vencedora.

11.12. Para efeito deste Termo de Referência entende-se como sendo acessório, aquilo que não é fundamental, ou seja, que é secundário, suplementar, adicional, e que embora desnecessário ao funcionamento de um veículo contribua para a funcionalidade do mesmo, assim como, para a segurança e proteção dos servidores e usuários.

11.13. O contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da licitante vencedora com terceiros, sem autorização prévia do Consorcio, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

11.14. A contratada responderá civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, na execução da presente licitação, isentando o Consórcio de toda e qualquer responsabilidade.

11.15. Terá também que prestar ao Consorcio, sempre que necessário, esclarecimentos e orientações sobre os serviços executados e peças utilizadas.

11.16. Também se responsabilizará pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente edital.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) fornecer os materiais cotados conforme previsto no Termo de Referência, obedecendo rigorosamente às especificações e condições estipuladas no Edital de licitação e na proposta comercial;
- b) proceder à substituição dos materiais que forem entregues fora das especificações constantes no Edital e na proposta apresentada, no prazo máximo de 03 (três) dias;
- c) arcar com as despesas de carga e descarga e de frete referentes às entregas dos materiais e/ou equipamentos, inclusive as oriundas da devolução e reposição dos defeituosos;
- d) responder por quaisquer danos causados aos empregados ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto da presente licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Consórcio;
- e) responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante o transporte e entrega do objeto licitado;
- f) arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais;
- g) observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu a celebração da Ata de Registro de Preços/Contrato Administrativo;
- h) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente ata, sem autorização do Consórcio por escrito;
- i) cumprir as obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90);
- j) atender prontamente às reclamações do Consórcio, bem como, reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto fornecido com vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, inclusive nos casos em que o vício/defeito do produto for identificado após o recebimento definitivo.
- k) responsabilizar-se cível e criminal por seus atos, nos termos do edital e contrato.
- l) a contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- m) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no
- n) Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;
- o) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- p) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- q) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- r) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- s) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- t) promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc....

14. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 14.1. Teste de funcionamento completo antes da liberação.
- 14.2. Respeitar o tempo de garantia sobre mão de obra e peças.
- 14.3. Fornecimento de relatório técnico descritivo dos reparos executados e peças substituídas sempre
- 14.4. que solicitado pela administração ou fiscal de contrato.
- 14.5. Utilização de tinta automotiva de alta qualidade (PU ou poliéster).
- 14.6. Cabine de pintura com controle de poeira.
- 14.7. Teste de frenagem e alinhamento final obrigatório.
- 14.8. Atendimento 24 horas, inclusive sábados, domingos e feriados.
- 14.9. Respeitar o tempo máximo de resposta conforme descrito neste termo de referência.
- 14.10. Disponibilização de canal telefônico e WhatsApp 24h.

14.11. Fornecimento, recarga, inspeção e substituição de extintores de incêndio automotivos, conforme norma ABNT NBR 12962 e INMETRO.

14.12. O pagamento será realizado após a execução e aprovação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal e relatório de vistoria.

14.13. Não serão pagos serviços ou peças não autorizadas previamente.

14.14. Os preços contratados deverão incluir mão de obra, peças, materiais, correlatos, equipamentos e encargos.

15. DA CONTRATAÇÃO

15.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Manutenção das Atividades do PROAMUSEP	01.001.04.122.0001.2001.33.90.30	Material de Consumo
	01.001.04.122.0001.2001.33.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Manutenção das Atividades do SAMU	01.001.04.122.0001.2002.33.90.30	Material de Consumo
	01.001.04.122.0001.2001.33.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

18. DO LOCAL DE ENTREGA

18.1. O local para retirada ou entrega dos veículos poderá ser realizado:

a) na oficina da (s) empresa(s) vencedora(s) e base sul do SAMU, localizado na avenida Pioneiro Antonio Paulo da Silva, 1191, Jardim Ipanema, Maringá-Pr

b) Sede Administrativa do PROAMUSEP, localizado na Avenida Nóbrega, 370, zona 04, Maringá-Pr.

c) Para o serviço de guincho, poderá ser acionado diretamente pelo SAMU, e o veículo é levado à oficina correspondente ao serviço ou a base sul do SAMU.

19. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

19.1. Os serviços e peças serão aceitos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo fiscal do contrato para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

19.2. Os serviços e peças poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

19.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

19.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

19.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

20. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, nos moldes definidos neste edital.

20.2. A Licitante Vencedora deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasuras, com data legível, a descrição do objeto licitado, marca, preço unitário e total, o nome do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DA AMUSEP – PROAMUSEP, CNPJ/MF nº 17.989.386/0001-09,

conforme Nota de Autorização de Despesa para emissão da Nota Fiscal, fazendo menção ao processo licitatório e o Contrato Administrativo.

20.3. A Nota Fiscal deve garantir que o MATERIAL no momento da entrega, tenha no mínimo, ____ de sua validade.

A contratada deverá apresentar os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade, mensalmente:

- a) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

20.4. Para execução do pagamento, a Licitante Vencedora deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasuras, com data legível, a descrição do objeto licitado, o preço unitário e total, o nome do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DA AMUSEP – PROAMUSEP, CNPJ/MF nº 17.989.386/0001-09, conforme Nota de Autorização de Despesa para emissão da Nota Fiscal, fazendo menção ao processo licitatório e ao contrato.

20.5. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Licitante Vencedora e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Consórcio.

20.6. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

20.7. Nenhum pagamento será efetuado à Licitante Vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

20.8. O Consórcio, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pela licitante vencedora, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

21. DAS SANÇÕES

21.1. A licitante e a Fornecedora/Contratada que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- e) impedimento de licitar e contratar com o PROAMUSEP, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas;

21.2. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”, “d” e “e” do item anterior poderão ser aplicadas a licitante, a adjudicatária e a contratada, cumulativamente com a multa.

21.2.1. Advertência será aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.

21.2.2. A multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da proposta, será aplicada a quem:

I. retardar ou impedir o andamento do procedimento licitatório;

II. não mantiver sua proposta;

III. apresentar declaração falsa;

IV. deixar de apresentar documento na fase de saneamento.

21.2.3. A multa, de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do item no qual participou ou foi arrematante, será aplicada a quem:

I. apresentar documento falso;

II. de forma injustificada, deixar de assinar o contrato ou instrumento equivalente;

III. foi advertido e reincidiu pelo (s) mesmo (s) motivo(s).

21.2.4. Multa de mora diária de 0,3% (zero vírgula três por cento), calculada sobre o valor total dos preços registrados, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega do objeto contratual; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia será cabível a multa compensatória prevista no item 20.7.

21.2.5. A multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não executada/entregue.

21.2.6. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, será aplicada a licitante que:

a) abandonar a execução do contrato;

b) incorrer em inexecução contratual.

21.2.7. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicada a quem:

a) fizer declaração falsa na fase de habilitação;

b) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;

c) afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;

e) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial, infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal nº 12.529/2011;

21.2.8. O impedimento de licitar e de contratar com o PROAMUSEP, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicado a quem:

a) recusar-se injustificadamente, após ser considerada adjudicatária, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido neste edital;

b) deixar de entregar documentação exigida para o certame;

c) apresentar documentação falsa;

d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

e) não mantiver a proposta;

f) falhar ou fraudar na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo, fora das hipóteses previstas;

O Presidente do PROAMUSEP é a autoridade competente para impor as penalidades previstas.

Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade:

a) às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

b) as pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas na alínea anterior.

21.2.9. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pelo PROAMUSEP.

21.2.10. Na aplicação das sanções, o PROAMUSEP observará as seguintes circunstâncias:

a) proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;

b) os danos resultantes da infração;

c) situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;

d) reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza após aplicação da sanção anterior;

e) circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração.

21.2.11. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no SICAF.

Poderão ser aplicadas as seguintes multas:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA % do valor mensal do contrato na data do fato
01	0,5
02	1
03	2
04	3

05	4
06	5

DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
Atraso na entrega de veículos, peças ou conclusão do serviço dentro do prazo contratual	3	2
Veículo entregue com defeito reincidente	3	2
Reincidência em atrasos, falhas graves, má execução do serviço	3	2
Atraso superior a 48h na entrega de veículo essencial	3	2
Quando há prejuízo direto à operação do SAMU (ex.: ambulância parada, atendimento prejudicado)	6	5

22. DAS ALTERAÇÕES

As alterações serão realizadas nos termos do Art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

23. DOS REAJUSTES

23.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

23.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

23.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

23.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

23.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

23.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

23.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

23.8. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

23.9. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

23.10. Os reajustes dos itens poderão ser efetuados a cada doze meses, contados da data da sessão de abertura da licitação, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE.

23.11. Os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;

23.12. As particularidades do contrato em vigência;

23.13. A nova planilha com a variação dos custos apresentada;

23.14. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

23.15. O prazo para decisão ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos.

24. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

24.1. As licitantes devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

24.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

24.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

24.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a Licitante vencedora concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

25. DO ARBITRARIAMENTO E FORO

25.1. As partes elegem o foro da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, para solucionar quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.

26. DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. Este Termo de Referência vincula estritamente ao instrumento de substituição contratual, estando o contratado vinculado a todas essas disposições.

27. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

27.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

27.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

27.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

27.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

27.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

- 27.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 27.7. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 27.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 27.9. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 27.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 27.11. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 27.12. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 27.13. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- 27.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 27.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 27.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 27.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 27.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 27.19. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 27.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

28. DO FISCAL E GESTOR DO CONTRATO

- 28.1. Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 28.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

28.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Nome	Cargo	Função
Marcio Donizetti Pinto	Condutor socorrista	Fiscal do contrato
Agnaldo Pimentel	Diretor de enfermagem	Suplente do fiscal
Sara Letícia Menezes Limão	Assessora executiva	Gestor do contrato
Lucas Giovani Freitas	Secretario executivo	Suplente do gestor

Maringá, 10 de Novembro de 2025.

MARCIO DONIZETI PINTO
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

RICARDO VIANA DA CUNHA
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

CLAUDERVANDO BATISTA DE ARAUJO
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

APROVO O TERMO DE REFERÊNCIA que tem como objeto a contratação de empresas especializadas para prestar serviços de manutenção preventiva, corretiva e evolutiva com ou sem fornecimento de peças e acessórios em geral, necessários à perfeita execução dos serviços para os veículos que fazem parte ou que venham a ser incorporados a frota do Consórcio Público Intermunicipal de Gestão da AMUSEP – PROAMUSEP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, e **AUTORIZO** o prosseguimento dessa licitação forma Pregão Eletrônico pela Lei nº 14.133/2021.

Astorga, 10 de Novembro de 2025.

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA



PRESIDENTE DO PROAMUSEP